

Educação popular e extensão rural: uma revisão da produção brasileira acerca dessa relação

Marcos Roberto Pires Gregolin¹, Cristiane Moraes Marinho²

Resumo

A relação entre educação popular e extensão rural é evidente em diversos textos que abordam a trajetória da extensão rural no Brasil e na América Latina. Em alguns casos, a extensão rural é apontada como influenciada pelo ideário da educação popular e, em outros, a educação popular é indicada como uma maneira de se fazer extensão rural. Por meio de uma revisão de literatura, mapeamos aportes acerca do vínculo entre ambas, tendo como recorte artigos científicos publicados em revistas, avaliados por pares e em língua portuguesa, recuperados nos seguintes repositórios: i) Periódicos Capes; ii) Google Acadêmico; iii) Web of Science; e iv) Scopus. Inicialmente, identificamos 19 publicações, as quais foram avaliadas com o intuito de selecionar as que de fato atendem o nosso objetivo. Ao final dessa análise, restaram oito artigos, os quais foram analisados e os resultados apresentados em nossa discussão. Foi possível concluir que a agroecologia é um ponto de encontro muito recorrente entre a extensão rural e a educação popular, em que majoritariamente se trabalha com intercâmbios, troca de saberes e construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave

Educação popular. Extensão rural. Vínculo. Agroecologia.

¹ Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidad de la Cuenca del Plata, Argentina, instituição em que atua como professor pesquisador; professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, coordenador de Formação e Conteúdo na Cooperativa de Trabalho em Economia Solidária (UNITERRA). E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

² Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, Campus Ouricuri; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria da Boa Vista, Brasil. E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br.

Popular education and rural extension: a review of Brazilian production on this relation

Marcos Roberto Gregolin³, Cristiane Moraes Marinho⁴

Abstract

The relation between popular education and rural extension is evident in several texts that address the trajectory of rural extension in Brazil and Latin America. In some cases, it is pointed out that rural extension is influenced by the ideology of popular education, while in other cases popular education is considered a way of carrying out rural extension. Through a literature review, we have mapped contributions on the relation between popular education and rural extension, focusing on scientific articles published in peer-reviewed periodicals in Portuguese, retrieved from the following repositories: i) Capes Journals; (ii) Google Scholar; (iii) Web of Science; and (iv) Scopus. Initially, we identified 19 articles, which were evaluated with the goal of selecting those that really fulfill our purpose. At the end of this analysis, there were eight articles, which were analyzed, and the results are presented in our discussion. It was possible to conclude that agroecology is a very recurrent meeting point between rural extension and popular education, in which most part of the work is done with exchanges, sharing of information and the collective construction of knowledge.

Keywords

Popular education. Rural extension. Bond. Agroecology.

³ PhD in Rural Extension, Federal University of Santa Maria, State of Rio Grande do Sul, Brazil; post-doctoral internship at Universidad de la Cuenca del Plata, Argentina, institution where he works as a researcher; assistant professor at the Federal University of Santa Maria, State of Rio Grande do Sul, Brazil; Training and Content coordinator at the Solidarity Economy Work Cooperative (UNITERRA). E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

⁴ PhD in Rural Extension, Federal University of Santa Maria, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sertão Pernambucano, Santa Maria da Boa Vista Campus, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br.

Introdução

A educação popular (EP) é um paradigma pedagógico que surge em meados de 1890, a partir das lutas populares e dos movimentos sociais, especialmente nas décadas de 1940 e 1960 (Paludo, 2012). Originária de contextos de opressão e desigualdade, a EP busca promover a problematização crítica da realidade, a auto-organização e o empoderamento das classes populares para a transformação social. Ela tem suas raízes em teóricos como Paulo Freire e Carlos Brandão, que desenvolveram práticas de EP baseadas na ação dialógica, na problematização das realidades vividas pelos grupos marginalizados e na valorização dos saberes populares.

A EP se aplica em diversos contextos, incluindo comunidades rurais, urbanas e periféricas, movimentos sociais, organizações não governamentais e escolas. O foco dela está na construção coletiva do conhecimento, na promoção da participação ativa e na valorização das experiências e dos saberes dos participantes. Ela busca superar as relações de dominação e opressão, estimulando a reflexão crítica, a tomada de consciência e a transformação da realidade em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Como uma corrente pedagógica e movimento educativo, a EP tem raízes históricas fincadas na América Latina, vinculada diretamente aos esforços e às lutas de organizações e movimentos sociais e políticos para eliminar desigualdades, discriminações, exclusões e todo tipo de violência e opressão.

No âmbito da extensão rural no Brasil, podemos delimitar que as concepções contra hegemônicas surgem a partir do período que Caporal (1998) denomina Crítica Reflexiva, que vai de 1980 a 1990. Embora haja discordâncias em relação às datas e/ou nomenclaturas, outros/as autores/as também destacam um período de crítica ao modelo difusionista/convencional da extensão rural. Entre eles, além de Freire (1983), temos Mussoi (1985), Figueiredo (1984), Pinto (1973), Alencar (1990), Coelho (2014), Dambrós (2015), entre outros.

De acordo com Figueiredo (1984), as críticas à extensão rural incidiam, pelo menos, sobre três questões: tecnológica, política e democrática. No que se refere à questão tecnológica, o autor aponta que ela tem sido responsável por alguns dos aspectos da ideologia extensionista. Primeiro, por defender a ideia de que a pobreza rural poderia ser superada com a adoção de novos conhecimentos e habilidades tecnológicas. Segundo, por conceber a adoção dessas novas tecnologias como um simples processo psicológico, individual, de adesão à verdade redentora advinda da tecnologia.

Quanto à questão política, Figueiredo (1984) considera fundamental que os extensionistas abandonem a fantasia da harmonia social e a concepção da sociedade como um universo apolítico para, então, poderem enxergar e agir conforme a realidade. Do contrário, eles só poderão exercer uma ação alienante junto aos menos favorecidos, porque “as políticas do Estado são, como até o próprio termo evidencia, posições políticas que só, politicamente, podem ser entendidas, analisadas, modificadas ou substituídas; não são produtos do raciocínio científico ou técnico” (Figueiredo, 1984, p. 23).

Por fim, em relação à questão democrática, Figueiredo (1984) considera que a identificação do extensionista enquanto agente de mudança ou de desenvolvimento é impregnada de autoritarismo; supõe que ele seja alguém que detém o conhecimento e uma compreensão profunda da realidade e, por isso, pode determinar os rumos da mudança e do desenvolvimento.

Cabe destacar que esse foi um período embrionário de muitas organizações sociais, entre elas, muitas das Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam, ainda hoje, nas mais diversas regiões do país, incluindo as que serão objeto desta pesquisa. Elas buscavam, a partir das críticas ao processo de modernização conservadora e ao difusionismo, experimentar e pôr em prática princípios de uma agricultura mais sustentável, contextualizada e fundamentada em metodologias da EP e de processos participativos (Marinho, 2021).

A conexão entre a extensão rural crítica e reflexiva e a EP reside na abordagem participativa e democrática que ambas compartilham (Freire, 1983; Marinho, 2021). Tanto a uma quanto a outra têm como objetivo promover a participação ativa e consciente da população, especialmente das comunidades rurais, no processo de desenvolvimento e buscam valorizar os saberes e as experiências dos agricultores, promover a reflexão questionadora acerca das realidades vivenciadas e incentivar a organização comunitária.

A extensão rural (dialógica, crítica e reflexiva) emerge enquanto EP no protagonismo dos/as agricultores/as no processo de construção do conhecimento e da aprendizagem, compartilhando conhecimentos técnicos, que não possuem um lugar hierárquico e de vanguarda (Coelho, 2014; Pereira, 2017; Marinho, 2021). Assim, por meio de intervenções dialógicas, práticas participativas e contextualizadas, a extensão rural promove o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos/as agricultores/as, problematizando a realidade, de modo que esse processo o/a auxilie a tomar decisões informadas, que resultem em melhores escolhas e ações.

Dessa forma, podemos dizer que a conexão entre a extensão rural crítica e reflexiva e a EP está na busca pela transformação social e no empoderamento das comunidades rurais, visando à construção de um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e voltado para as necessidades e realidades locais (Caporal, 2004; Marinho, 2021).

Isto posto, o objetivo de nosso estudo é analisar as principais contribuições presentes na literatura acerca da vinculação entre EP e extensão rural. Tal ação será realizada por meio da busca de artigos científicos publicados em revistas nacionais, avaliados por pares e em língua portuguesa, recuperados por meio dos seguintes repositórios: i) Periódicos Capes; ii) Google Acadêmico; iii) Web of Science; e iv) Scopus.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma revisão de literatura, inspirado em procedimentos sistemáticos, sem recorte temporal e encontra-se organizado para além desta introdução em um segundo tópico, contendo o referencial teórico; um terceiro, no qual apresentamos a metodologia; para na sequência, em um quarto fragmento, revelarmos os resultados e as discussões; por fim, apresentamos nossas conclusões acerca da temática abordada.

Referencial teórico

As discussões referentes à expressão EP suscitam, geralmente, debates em torno da contextualização do significado e da emergência dela. Nesse sentido, Carrillo (2013, p. 17) defende a necessidade de explicitar o entendimento dessa expressão “não por um afã de estabelecer uma definição canônica e doutrinal”, mas por compreender que o emprego dessas duas palavras juntas, Educação e Popular, denota significados e sentidos distintos não só ao longo do processo histórico das ideias e experiências educativas, como também das políticas e ações implementadas por diferentes organizações e instituições sociais.

Recorrendo às contribuições de Brandão (2006), é possível apontar, ao menos, quatro sentidos distintos assumidos pela EP: 1) Como educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber, relacionada às primeiras experiências de comunicação simbólica e convivência social, nas quais eram partilhados tipos e modos de saber necessários à manutenção e reprodução da vida individual e coletiva, como prática educativa imersa na vida em comunidade, no trabalho, nos rituais, dentre outros ; 2) Como educação do ensino público, sentido adquirido, sobretudo, na história da educação brasileira, a partir das lutas empenhadas por setores da sociedade, políticos, intelectuais e educadores, a fim de estender a educação escolar ao povo. Tais lutas defendiam não só a democratização do acesso à escola pública, como

também o enfrentamento das desigualdades e a superação do “fracasso” vivenciado por crianças e jovens que, muitas vezes, passavam pela escola sem, contudo, apreenderem a educação escolar; 3) Como educação das classes populares, no sentido relacionado a inúmeras expressões⁵ educativas, especialmente a partir da metade da década de 1940 e que remetem ao trabalho de libertação das classes populares por meio da educação. Na percepção de Carrillo (2013, p. 18), esse sentido não representa uma variante da democratização da escola, mas “uma concepção emancipadora, que busca transformar a ordem social e o próprio sistema educacional”; 4) Como educação da sociedade igualitária, o processo educativo e as aprendizagens promovem transformações para que as pessoas possam, de forma consciente e motivada, “participar com outros de um trabalho cultural e político destinado a criar um outro tipo de vida social, mais justa, mais humana, mais igualitária, mais livre, mais solidária” (Brandão, 2006, p. 95-96).

Considerando esses sentidos atribuídos à EP em perspectiva histórica, Carrillo (2013) considera não poder observá-los em “estado puro”, uma vez que, em cada um, habitam não somente matrizes e tendências distintas, como também diferentes compreensões de sua natureza, realidade social e pedagógica.

De forma geral, parte da fundamentação da EP perpassa os processos de educação e comunicação no meio rural. Nesse sentido, Freire (1983) ofereceu na obra intitulada *Extensão ou Comunicação* um aprofundamento dessas reflexões ao problematizar o encontro entre os/as técnicos/as e os camponeses, expondo o que denominou equívoco gnosiológico. Freire (1983) evidencia o desequilíbrio de poder na relação dos/as técnicos/as em relação aos camponeses, amparado pela descrença no “homem ou mulher simples”, na absolutização da ignorância destes/as, na subestima às capacidades de ser, conhecer e transformar a realidade destes/as, na “domesticação”, “invasão”, objetificação e “coisificação” destes/as enquanto “recipientes” dos conhecimentos daqueles. Nesse processo, as relações assumem um caráter rígido e hierárquico em que o diálogo dá lugar aos comunicados dos/as técnicos/as, que buscam estender, transferir, transmitir ou depositar o conhecimento considerado válido a ser adotado pelos camponeses.

Desse modo, a extensão apresenta-se como um equívoco gnosiológico não somente pela análise semântica e crítica do próprio termo e do conteúdo do “campo associativo” de significação dela, abordados no presente trabalho, mas, sobretudo, por ignorar e negar a

⁵ “alfabetização de adultos, alfabetização funcional, educação de adultos, educação fundamental, educação comunitária, educação permanente, educação não-formal, educação de base, educação popular” (Brandão, 2006, p. 15).

dimensão humana, sócio-histórica, ativa, reflexiva e transformadora do sujeito cognoscente, considerando que “a função gnosiológica não possa ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível, desapareceria o ato cognoscitivo” (Freire, 1983, p. 51).

Atualmente compreendida enquanto processo de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, a extensão rural assume, ao longo de sua trajetória histórica, íntima relação com os processos de educação no meio rural (Brasil, 2010, s/p).

O caráter educativo da ação extensionista enquanto uma prática pedagógica popular tem sido reafirmado, sobretudo, a partir da atuação de organizações da sociedade civil, como ONG e movimentos sociais do campo da educação, agroecologia, reforma agrária, entre outros. Nesse sentido, a EP tem fundamentado uma perspectiva de extensão rural dialógica, que se origina no seio dos movimentos populares, religiosos e das ONG, o que tem influência direta tanto das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) quanto de organizações como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) (Silva, 2020; Faria, 2017; Paludo, 2012; Petersen; Almeida, 2004).

Considerando contribuições de Silva (2020), Faria (2017), Paludo (2012), e Petersen e Almeida (2004), entre outros é possível confirmar a existência de vínculos entre a EP e a extensão rural, sobretudo, a partir da trajetória do movimento Agroecológico no Brasil e dos períodos da história da extensão rural apontados por Caporal (1998): “Crítica Reflexiva” e “Transição Ambiental”. Nesse contexto, a extensão rural que se quer fundada na perspectiva da EP tem na participação dialógica e reflexiva (participação no sentido de fazer parte, tomar parte ou ter parte)⁶ e na construção de conhecimentos, sua base pedagógica. Esta busca romper a trajetória histórica dos equívocos gnosiológicos da extensão rural difusionista, apontados por Freire (1983), e promover processos de intervenções participativas.

O conceito de intervenção remete ao trabalho desenvolvido em comunidades e envolve “uma ação (ou conjunto de ações) praticada por pessoas (agentes assessores) que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal ação se realiza” (Alencar, 1997, p. 24). Para esse autor, as intervenções podem assumir caráter “tutorial”, relacionado à abordagem extensionista difusionista/convencional, ou “educativo”, que envolve processos de construção de conhecimentos, opondo-se assim à lógica da transferência.

⁶ Compreensão de participação, conforme Bordenave (1983).

Considerando o histórico da extensão rural no Brasil, relaciona-se a intervenção tutorial ao modelo clássico/difusionista e sua abordagem “antieducativa”, “antidualógica” e bancária das intervenções e dos processos comunicativos no campo, amparada por equívocos gnosiológicos da extensão como transferência dos/as técnicos/as, sujeitos/as ativos/as, fontes de conhecimentos válidos, capazes e autorizados/as a estender (conhecimentos, técnica, tecnologias) aos/às agricultores/as, sujeitos/as passivos/as, desprovidos/as de conhecimentos, incapazes e desautorizados/as a seguir com seus saberes e práticas tidos como atrasados.

Por outro lado, na educação participativa, fundamentada na teoria freiriana e na práxis (ação-reflexão-ação), a educação é “vista como um processo onde ela, em si, é o objetivo e não um meio para atingir outros objetivos” (Alencar, 1997, p. 75), compreendida enquanto um processo no qual os indivíduos e as comunidades desenvolvem suas capacidades, a fim de intervir de forma consciente e reflexiva na realidade. Desse modo, compreendendo a extensão rural e as ações extensionistas como processos de EP, é importante ressaltar que elas se dão com os sujeitos/comunidades do campo e não para eles. Não se trata de um simples trocadilho terminológico, sobretudo, refere-se às concepções intrínsecas aos conhecimentos e às práticas dos sujeitos envolvidos no processo, culminando em posturas tutoriais ou educativas.

Metodologia

O presente trabalho pode ser caracterizado como uma revisão bibliográfica de literatura, haja vista o objetivo de compreender a vinculação entre a extensão rural e a EP, bem como a delimitação estratégica baseada em Tranfield, Denyer e Smart (2003), e Akobeng (2005), com passos organizados em um planejamento prévio da pesquisa, na condução desta propriamente dita e, por fim, o recorte e a disseminação.

De forma intencional, nossa pesquisa teve como um dos objetivos mapear os estudos publicados em língua portuguesa, porém, utilizando os termos de busca em português, inglês e espanhol. Utilizamos os operadores booleanos “e”, “+” e “and”, com o objetivo de não deixar para trás nenhuma possibilidade de combinação entre as expressões extensão rural e educação popular, as quais foram buscadas em títulos, resumos e palavras-chave. Não houve restrição temporal para a realização da nossa pesquisa. As plataformas utilizadas para a pesquisa foram: i) Periódicos Capes; ii) Google Acadêmico; iii) Web of Science; e iv) Scopus. A seguir, serão apresentados os detalhes de cada busca, bem como os resultados obtidos.

Detalhes e resultados obtidos nas bases de dados

A busca por artigos na base de Periódicos da Capes se deu por meio de acesso institucional identificado, o que permitiu chegar às bases de dados pagas vinculadas à CAPES, cujo acesso não é possível por meio de pesquisa sem vinculação institucional. Dentro dos critérios de busca oportunizados pela plataforma, foram escolhidos artigos revisados por pares, com o texto publicado em português e disponibilizados na íntegra. Dessa busca obtivemos o retorno de sete artigos.

A busca realizada no portal do Google Acadêmico contou com duas estratégias, sendo a primeira delas a pesquisa utilizando as expressões que caracterizam o objetivo deste estudo acrescidas dos operadores booleanos, e os filtros “artigos de revisão” e “páginas em português”. A utilização desses filtros tornou-se necessária pelo fato de que sem eles a plataforma devolve um resultado muito vasto, envolvendo artigos de congressos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e outros tipos de documentos que não atendem o objetivo de nosso estudo. Em tal busca, obteve-se um universo de oito artigos.

A segunda estratégia para busca de artigos na plataforma do Google Acadêmico seguiu um procedimento metodológico já aplicado em outras revisões sistemáticas, a exemplo de Conti, Villalba e Landini (2023), os quais, ao fazerem a busca pelos artigos no Google Acadêmico, não utilizaram os filtros que utilizamos na primeira pesquisa, porém, fizeram uma avaliação minuciosa das 10 primeiras páginas de busca, o que equivale a 100 resultados. Após a aplicação dessa estratégia, obtivemos a inclusão de mais sete artigos na base de dados inicial.

A pesquisa nas plataformas Web of Science e Scopus se deu por meio de acesso logado no Portal de Periódicos da Capes, o que possibilitou realizar a busca em conteúdos gratuitos e pagos dos respectivos portais. Nas duas bases foram realizadas pesquisas com as expressões-chave, nos três idiomas selecionados e com os operadores booleanos já citados. Contudo, não houve retorno de nenhum trabalho nesses portais que atendessem os pré-requisitos estabelecidos, tais quais: conter em título, resumo ou palavras-chave as expressões extensão rural e + ou and educação popular em artigos escritos e publicados em língua portuguesa.

Seleção dos artigos e construção do corpus de análise

Inspirados nos estágios propostos por Tranfield, Denyer e Smart (2003) e Akobeng (2005), podemos afirmar que a delimitação do problema de pesquisa, a escolha das fontes de dados, a delimitação temporal, a seleção de palavras ou expressões de busca e a averiguação

de artigos encontravam-se realizadas até esse momento, cabendo-nos a partir de então realizar a avaliação do material selecionado, consumando a inclusão dos textos na base de análise ou excluindo-os, de acordo com o não enquadramento nos critérios pré-estabelecidos. Isto posto, apresentamos o relatório de exclusão, tendo por base os seguintes critérios, implementados por meio da nossa análise nos textos provenientes da busca inicial.

Quadro 1 – Resultados da busca inicial e do trabalho de revisão do enquadramento da amostra

Base de dados	Periódicos Capes	Google Acadêmico 1	Google Acadêmico 2
Resultado busca inicial	7	8	7
Exclusão de artigos publicados em revista não revisada por pares	0	2	0
Exclusão por repetição	0	0	2
Exclusão por não atender aos objetivos do estudo	2	6	2
Publicações selecionadas para análise	5	0	3

Fonte: Os autores (2023).

Tendo por base o resultado da etapa de análise e seleção de artigos, serão apresentados, na próxima seção, as informações e os dados obtidos por meio das etapas posteriores, que de acordo com Akobeng (2005) são: leitura completa do material selecionado para na sequência realizar a sistematização e a análise dos achados obtidos.

Resultados e Discussão

Ao relembrar o objetivo deste estudo – analisar as principais contribuições presentes na literatura acerca da vinculação entre EP e extensão rural –, apresentamos como primeiro resultado a composição do nosso corpus de análise, o qual, ao nosso entendimento, representa contribuições de pesquisadores em revistas nacionais revisadas por pares, escritos e publicados em português acerca da temática.

Quadro 2 – Corpo de análise acerca da relação entre educação popular e extensão rural

Título	Autores	Ano	Periódico
Pedagogia da Indaga e a construção de conhecimentos na extensão rural	Cristiane Moraes Marinho; José Geraldo Wizniewsky; Everton L. Picolotto	2022	Revista de Educação Popular
Educação popular e experiências educativas em Agroecologia	Marcio Gomes da Silva	2022	Revista de Educação Popular
Extensão rural: perspectivas de Paulo Freire	Thelmely Torres-Rego	2022	Reflexão e Ação
Educação popular e agroecologia: contribuições para a construção da política de assistência técnica e extensão rural equitativa no Brasil	Zelia Vanuza Marques; Romier da Paixão Sousa; Louise Ferreira Rosal	2021	Extensão Rural
Concepções pedagógicas e modelos históricos de extensão rural	José Carlos do Amaral Junior	2020	Revista Espaço Acadêmico
Extensão ou educação? Da extensão rural à educação dialógica do campo	Paulo Alfredo Schönardie	2019	Revista de Educação Popular
Educação popular e direitos humanos: um diálogo com a realidade dos sujeitos sociais do assentamento Chico Mendes III, Zona da Mata pernambucana	Filipe Lima Silva; Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa; Francisco Roberto Caporal	2015	Revista Hum@nae
Materiais educativos para a comunicação com a agricultura camponesa na perspectiva da Agroecologia	Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira; Claudenir Fávero	2011	Educação Em Revista

Fonte: Os autores (2023).

Os artigos que foram encontrados por meio dos mecanismos de busca e não foram considerados para nosso estudo não possuem demérito algum, porém, unicamente não

respondem ao nosso objetivo de contextualizar as pesquisas que abordam a relação entre os temas. Isto posto, tivemos oito artigos que responderam ao nosso objetivo.

Os veículos de informação

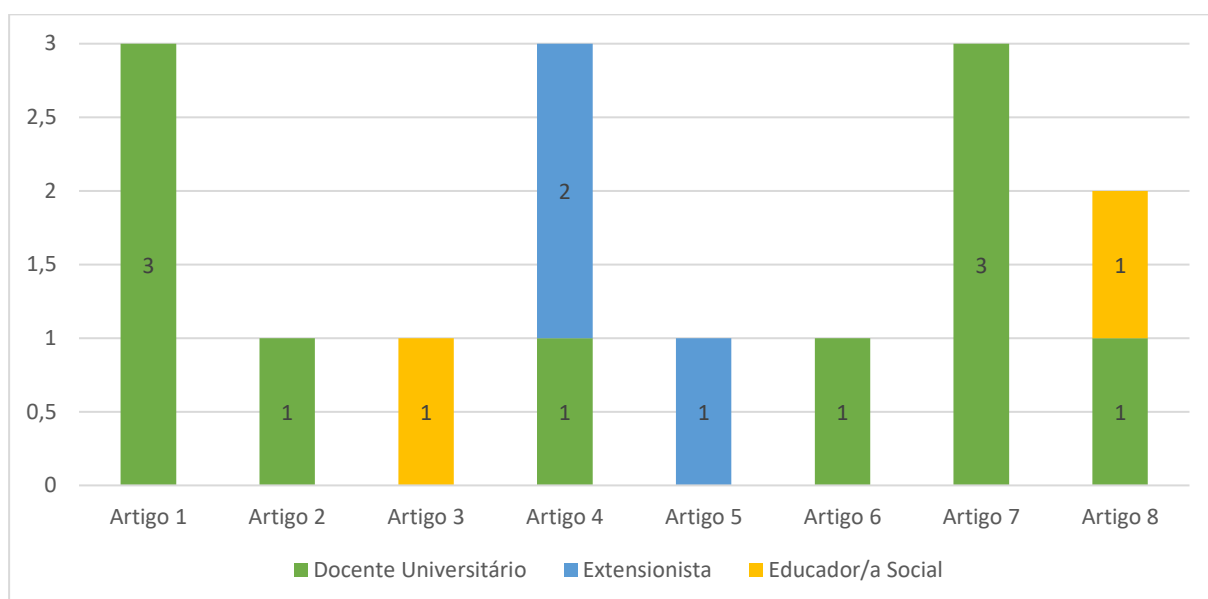
Dos oito artigos selecionados, três foram publicados em um único periódico, na Revista de Educação Popular, da Pró-reitoria de Extensão e Cultura, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Para além desse periódico específico sobre o tema, outros dois artigos foram publicados em dois periódicos que têm como espaço a publicação de trabalhos na área de educação. São eles: Revista Reflexão e Ação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), e Educação Em Revista, do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp). Dos três artigos restantes, um foi publicado na Revista de Extensão Rural, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria, e os outros dois em revistas interdisciplinares, sendo elas Revista Espaço Acadêmico e Revista Hum@nae.

Essa conjuntura nos permitiu diversas reflexões, dentre elas a de que os/as pesquisadores/as que abordam a relação entre extensão rural e EP preferem publicar seus estudos em revistas focadas na temática da educação e não nas revistas especializadas em extensão rural ou interdisciplinares, ou que a vinculação entre extensão rural e EP é uma pauta mais presente para pesquisadores/as da área da educação do que para pesquisadores/as da área de extensão rural.

Quem são os atores dessas pesquisas?

No que diz respeito à autoria dos artigos, três deles foram publicados em tríplice autoria, um deles com dupla autoria e os outros quatro foram publicados em autoria individual. Dos 15 autores, 10 são docentes universitários e participaram da publicação de seis artigos (inclusive, em coautoria com outros segmentos de autores), três autores/as são extensionistas e participaram da elaboração de dois artigos e, por fim, dois autores são educadores/as sociais e participaram da elaboração de dois artigos.

Figura 1 – Distribuição dos autores dos artigos por segmentos



Fonte: Os autores (2023).

Se observarmos a Figura 1, é possível perceber a relação entre distintas classes de pesquisadores/as em alguns casos, em outros, a ausência dessa relação. É interessante chamar a atenção para o fato de que a realidade é bem distinta, pois, nos artigos de autoria única, temos a presença tanto de pesquisadores docentes universitários como extensionistas e educadores/as sociais. O que pode proporcionar uma leitura de que a temática não é interesse unicamente de um perfil de pesquisador/a, mas dos três. Outra leitura possível é de que, dos artigos com autoria em grupo (quatro), em dois deles há relação entre distintos grupos, como o caso do artigo 4, escrito por duas extensionistas e uma docente universitária, e o artigo 8, escrito por um educador social com coautoria de um docente universitário.

No que diz respeito ao “local geográfico de fala dos/as autores/as”, percebemos por meio da análise da Figura 2 que quatro deles são do estado de Pernambuco, Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e aparecem com três autores/as em cada um; já de Santa Catarina e Paraná escreveram dois autores/as em cada estado. Em uma análise regional dos autores, cinco são da região sul, quatro da região nordeste, três da região norte e três da região sudeste. Se levarmos em consideração unicamente a primeira autoria, teremos um quadro de oito autores/as, sendo estes três da região sul, dois da região nordeste, dois da região sudeste e um da região norte.

Figura 2 – Origem dos autores, tendo por base as instituições de atuação



Fonte: Os autores (2023).

Acerca da filiação dos/as primeiros/as autores/as, podemos referenciar as seguintes instituições de ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Os/as extensionistas que foram primeiros/as autores/as nos trabalhos são provenientes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Pará (EMATER-PA). Também constam dois artigos cujos primeiros/as autores/as não estão vinculados/as a instituições de ensino superior ou Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sendo uma delas profissional autônoma com atuação em produção de material didático e o outro tem atuação em projetos da Caritas. No âmbito das coautorias, podemos acrescentar a representação das seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (dois coautores), EMATER-PA (um coautor), Instituto Federal do Pará (IFPA) (um coautor), UFRPE (dois coautores) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (um coautor).

Se fizéssemos um esforço para traçar o número de instituições de ensino superior que têm dentro dos planos de ensino de seus cursos a temática da extensão rural, poderíamos afirmar que um percentual muito baixo delas tem publicado em periódicos nacionais, avaliados por pares, textos em português que abordam a relação entre extensão rural e EP.

Também poderíamos fazer um esforço para apresentar o percentual de instituições de extensão rural (do primeiro, segundo ou terceiro setor) que têm registrado suas ações vinculadas à EP e publicado (com os mesmos critérios), porém, o esforço seria demasiado e o resultado não modificaria muito nosso entendimento acerca do fato de que tais publicações foram feitas por autores vinculados a sete instituições de ensino federais (levando em consideração dois IF e um Polo UAB Federal), duas instituições de ATER públicas e dois/as autores/as são vinculados a iniciativa privada (segundo ou terceiro setor).

Dos oito artigos, três deles têm a primeira autoria assinada por pesquisadoras mulheres, os outros cinco possuem como primeiro autor pesquisadores homens. No conjunto total de autores, dos 15, nove são homens e seis são mulheres. Por meio desses dados, podemos ressaltar que, tanto no que diz respeito à primeira autoria quanto ao conjunto total de autores, a maioria dessas pesquisas foi conduzida por pesquisadores homens.

No âmbito da titulação acadêmica dos/as autores/as, salientamos que dois possuem a titulação de mestre e 13 possuem o título de doutorado (em um dos casos, o autor possui dois títulos de mestre distintos). A diversidade de formação é um dado muito interessante, o que demonstra um interesse multidisciplinar no tema. Analisando o Currículo dos autores, constatamos seis graduações em Agronomia, quatro em Pedagogia e duas em História, além de Ciências Sociais, Direito, Economia Doméstica, Engenharia Florestal, Gestão de Cooperativas e Serviço Social.

No que diz respeito à titulação de mestrado dos/as autores/as, podemos dar ênfase a seis títulos de Mestre em Extensão Rural (mais um título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) e dois Mestrados em Educação. Os demais títulos de mestrado foram obtidos nas seguintes áreas: Agriculturas Amazônicas; Agroecologia; Educação nas Ciências; Agronomia; Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Solos e Nutrição de Plantas; Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares; e Economia Doméstica. Neste item não é de se estranhar a concentração de estudos realizados em programas de extensão rural e de educação, haja vista a vinculação direta do tema estudado a essas áreas de pós-graduação.

No âmbito dos estudos em nível de Doutorado, constatamos uma concentração em Educação (dois autores) e em Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos (dois autores). Os/as outros/as nove, possuem doutorado em áreas distintas, a saber: Agronomia; Ciências Econômicas e Sociais; Ciências Sociais; Educação em Ciências; Estudios Medioambientales; Extensão Rural; Memória: Linguagem e Sociedade; Sociologia; e Solos e Nutrição de Plantas. Tendo por base essa informação, podemos salientar que, além da vinculação dos títulos de

educação à área pesquisada, também surge o vínculo da Agroecologia em relação à EP e à extensão rural, relação esta que também é muito presente nos assuntos dos artigos analisados.

Acerca da época de publicação

A EP como movimento se faz presente desde a década de 1940, e por mais que tenha plantado ações e colhido frutos no Brasil e na América Latina como um todo, aliado ao fato de que desde a década de 1980 o movimento de repensar a extensão rural ou o movimento da extensão rural crítica tenha bebido nas fontes da EP para reflexionar e problematizar a realidade, bem como a sua própria práxis, os textos resultantes de nossa busca são todos muito recentes. Do conjunto de oito artigos, o mais antigo foi publicado em 2011. Na sequência, em 2015, 2019, 2020 e 2021 foram publicados um por ano. Já no ano de 2022, foram publicados três artigos.

Objetivos e Metodologia

No que diz respeito aos objetivos dos artigos, boa parte deles teve como interesse discutir a vinculação da EP à extensão rural, a partir da perspectiva da Agroecologia, como é o caso de Torres-Rego (2022), que por meio da análise de práticas de organizações componentes da Articulação Nacional de Agroecologia faz conexões entre os dois conceitos na perspectiva do trabalho do agrônomo-educador. De forma semelhante, Silva (2022) também objetiva identificar os princípios da EP que se vinculam ao exercício de extensão rural, por meio da análise das práticas do Movimento Agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais. Por fim, ainda no grupo dos trabalhos que focam a análise tendo a Agroecologia como um ponto comum, temos o texto de Moreira e Fávero (2011), o qual tem por objetivo refletir acerca da elaboração de materiais de apoio pedagógico e de comunicação, pela ótica da EP e da Agroecologia, no âmbito de uma ação de extensão rural realizada por estudantes, técnicos e professores da UFVJM, com camponeses e movimentos sociais no nordeste de Minas Gerais.

O texto de Marques, Sousa e Rosal (2021), além de ter em si o objetivo de discutir a EP, a extensão rural e a agroecologia (o que faz com que ele seja classificado ao lado dos anteriormente expostos), busca na trajetória histórica da ATER identificar as bases ideológicas e epistemológicas que promovem a interação ou aproximam a educação (popular) da extensão rural (equitativa) no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Já o texto de Schönardie (2019) objetivou apresentar uma discussão teórica acerca

das práticas de extensão rural em uma perspectiva da educação dialógica e do campo, dialogando com paradigmas agrários da modernização e da recampanização, tendo por base os teóricos Chayanov e Freire.

Com objetivos semelhantes aos de Marques, Sousa e Rosal (2021) e Schönardie (2019), Amaral Junior (2020) e Marinho, Wizniewsky e Picolotto (2022) objetivam analisar e discutir as práticas extensionistas, porém, tendo como foco ações práticas realizadas por distintas organizações. Amaral Junior (2020) realizou um estudo documental com o objetivo de contextualizar as concepções pedagógicas adotadas pela instituição pública de ATER do estado do Paraná. Por sua vez, o texto de Marinho, Wizniewsky e Picolotto (2022) objetivou discutir as práticas de extensão realizadas no âmbito do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), tendo por base dados primários e secundários que auxiliassem na análise dos fundamentos teórico-metodológicos que orientam as intervenções.

Silva, Costa e Caporal (2015) publicaram um texto que teve como objetivo entender como a EP e os direitos humanos se associam à extensão rural, tendo por caso empírico as percepções de integrantes do Assentamento Chico Mendes III, Zona da Mata, norte de Pernambuco.

Em resumo, podemos afirmar que dos oito artigos, quatro promovem a discussão da vinculação entre extensão rural e EP a partir de uma perspectiva agroecológica (Torres-Rego, 2022; Silva, 2022; Moreira; Fávero, 2011; Marques; Sousa; Rosal, 2021), e os outros quatro fazem análises mais gerais acerca da aproximação entre esses dois conceitos, sendo o texto de Schönardie (2019) eminentemente teórico, ao passo que os de Amaral Junior (2020), Marinho, Wizniewsky e Picolotto (2022) e Silva, Costa e Caporal (2015) objetivam fazer tais reflexões tendo por base casos empíricos delimitados.

A respeito dos aspectos metodológicos, todos os estudos analisados são qualitativos, alguns unicamente documentais (Moreira; Fávero, 2011; Schönardie, 2019; Amaral Junior, 2020; Marques; Sousa; Rosal, 2021; Torres-Rego, 2022) e outros se realizaram tendo por base entrevistas com sujeitos vinculados a Extensão Rural (Silva; Costa; Caporal, 2015; Silva, 2022; Marinho; Wizniewsky; Picolotto, 2022).

Principais resultados e contribuições

Dentre os principais resultados, podemos destacar o fato de que no IRPAA a vinculação entre extensão rural e EP se confunde com a própria fundação dele, a qual, inspirada e subsidiada pelas “críticas aos modelos de intervenções empreendidos à época por outras

instituições e tem inspiração nas práticas das Comunidades Eclesiais de Base, na Teologia da Libertação, nos princípios da educação popular e nas metodologias de Diagnóstico Rural Participativo (DRP)” (Marinho; Wizniewsky; Picolotto, 2022, p. 116).

Por sua vez, Silva (2022) nos brinda com um resultado que contextualiza a EP e a extensão rural nas práticas do movimento agroecológico, por meio da

a) elaboração de métodos e técnicas de estudos e de socialização; b) criação de ambientes favoráveis à experimentação e sistematização conjunta de tecnologias alternativas desenvolvidas entre técnicos/as, agricultores/as, pesquisadores/as; c) elaboração de recursos pedagógicos e metodologias participativas voltadas para a extensão rural; d) diálogo de saberes, ou seja, pela interação entre diferentes formas de conhecimento; e) princípio educativo do trabalho camponês; f) postura pedagógica crítica e democrática na condução dos processos educativos (Silva, 2022, p. 283).

Em outro texto, as discussões e conclusões caminharam para trazer à luz as contribuições da perspectiva de Paulo Freire na extensão rural, as quais, de acordo com Torres-Rego (2022, p. 97), se materializam nos seguintes aspectos: “aproximação entre os sujeitos envolvidos no trabalho educativo, mobilização social, diagnósticos da realidade, síntese e elaboração do projeto, conteúdo e metodologia em processos de formação/capacitação, disseminação da prática e avaliação”.

Marques, Sousa e Rosal (2021) discutem que o surgimento da Agroecologia como referência conceitual tem estreita vinculação com a EP, e que juntamente ao feminismo “forneceram um conjunto de princípios e diretrizes para a construção de uma abordagem de extensão rural que considere as demandas da agricultura familiar” (Marques; Sousa; Rosal, 2021, p. 25).

O artigo que reflete acerca da aproximação entre EP e extensão rural por meio da análise do caso específico da entidade oficial do estado do Paraná apresenta como resultado que, ao contrário do que muitos afirmam, não houve, no âmbito institucional, uma conversão massiva e unânime para as práticas extensionistas embasadas em uma Pedagogia Histórico-Crítica, mas por meio de pressões exercidas de diversas origens para que ações viessem a “inclinarem aos grupos minoritários, às práticas participativas e aos modelos pedagógicos críticos, mantendo, no entanto, um conjunto de ideias pedagógicas que ainda possuem forte referência no assistencialismo de seu ‘humanismo assistencialista e no tecnicismo de seu modelo ‘difusionista produtivista’”(Amaral Junior, 2020, p. 196).

Em seu texto, Schönardie (2019) argumenta que a extensão rural tem se apresentado, quando vinculada à Educação do Campo e ao novo paradigma da recampesinização, como uma possibilidade concreta de uma educação dialógica no campo. Em Silva, Costa e Caporal (2015), o encontro entre a EP e a extensão rural se dá por meio do diálogo realizado entre os/as agricultores/as familiares e os/as agentes de extensão (tanto a rural quanto a universitária), e envolve questões que superam unicamente a lógica produtiva inerente à agricultura, em que, por meio de metodologias participativas e da valorização do potencial endógeno das comunidades, realizam-se ações de construção do conhecimento no coletivo e não simplesmente uma ação de transferência.

No texto de Moreira e Fávero (2011) são apresentados resultados de uma intervenção pautada na elaboração de materiais de comunicação, os quais foram preparados não sob a perspectiva de repasse ou da difusão do conhecimento científico, mas sob uma perspectiva do retrato e da problematização da realidade local, com e para os/as agricultores/as. Tais ações, enraizadas nos pressupostos da EP, fazem com que a extensão rural colabore para a construção do conhecimento agroecológico, a partir da problematização da realidade local, não caindo na armadilha do adestramento dos/as agricultores/as, da marginalização dos conhecimentos tradicionais ou da pseudoneutralidade científica e, em completa oposição a isso, implementa um ciclo virtuoso carregado de compromisso ético e político dos/as pesquisadores/as, extensionistas e dos/as agricultores/as.

Considerações finais

Uma característica presente na maioria dos trabalhos é a contextualização empírica dos fatos, assim como os pressupostos da EP, que busca “pisar onde a cabeça pensa” ou “partir de onde nossos pés pisam” para refletir as problemáticas da agricultura familiar, dos assentados, dos povos e das comunidades tradicionais e, principalmente nestes estudos, da Agroecologia.

A pesquisa mostrou que os/as autores/as dos trabalhos analisados têm uma trajetória de formação e atuação partindo de, ou próxima a, diferentes movimentos e organizações sociais, ou seja, são em sua grande maioria extensionistas, educadores/as e pesquisadores/as fortemente engajados com a realidade, com as comunidades, com os movimentos, com a agricultura familiar, com a Agroecologia, dentre outros. Um fato interessante também diz respeito aos/as que, hoje estando nas universidades atuando como docentes, tiveram em seu passado vinculação direta com a EP na prática, com a extensão rural e com os movimentos sociais.

O fato de os trabalhos estarem, na maioria, publicados em revistas da área de educação, quiçá indica que essa área tem conseguido abarcar com mais facilidade trabalhos com características críticas e interdisciplinares, diferentemente talvez dos periódicos de ciências agrárias (e de extensão rural), nos quais a temática pode não ser tão interessante ou viável para submissão.

No Brasil, na área da Agroecologia, há um forte movimento de intercâmbios e trocas de saberes a partir de congressos locais, regionais e nacionais, e ao observar os resultados de busca no Google Acadêmico (sem o filtro de artigos de revisão) podemos considerar que muitos autores têm preferido enviar trabalhos acerca da vinculação entre extensão rural e EP para esses eventos, exercendo a possibilidade e o pressuposto de intercambiar e divulgar entre seus pares de forma mais direta, do que enviando para um periódico. Nesse sentido, podemos conjecturar que esses/as autores/as se preocupam mais com a possibilidade de reflexão e problematização de suas práticas, sistematizadas em artigos apresentados em congressos, jornadas, simpósios, do que propriamente em obter uma publicação indexada, revisada por pares, com Qualis e visibilidade acadêmica.

Ainda a respeito desse aspecto, cabe referenciar que em bases de dados tidas como “top de linha”, como “Web of Science” e “Scopus” não foi identificado nenhum texto que promovesse discussões acerca do vínculo entre extensão rural e EP, o que por um lado pode corroborar a nossa consideração apresentada anteriormente ou, por outro lado, pode problematizar a factibilidade de publicar textos acerca desses temas e com forte caracterização empírica em periódicos indexados nas bases de dados.

É preciso incentivar publicações com essa temática, pensar e propor chamadas temáticas com caráter interdisciplinar, que contemplem a discussão e a conexão das temáticas da extensão rural e da EP. Mesmo havendo no Brasil alguns cursos de pós-graduação que abordam temáticas vinculadas à extensão rural, percebemos que o número de publicação de artigos em periódicos acerca da vinculação entre os temas é pouco expressivo, o que pode, além de estar vinculado aos apontamentos já mencionados anteriormente, significar que a pauta não se encontra em evidência entre os corpos docentes e discentes.

Por fim, queremos evidenciar que a escolha das publicações unicamente em língua portuguesa, por mais que intencional e aderente ao nosso objetivo, pode ter limitado o resultado do corpo de análise, assim como o uso unicamente das expressões EP e extensão rural também pode ter ocasionado a não identificação de textos que se referem a esses temas, porém, com nomenclaturas distintas, como por exemplo, extensão agrícola, extensão florestal, extensão agropecuária ou pedagogias críticas, pedagogias alternativas, educação libertadora, dentre

outros. Outrossim, também nos parece necessário salientar que, em alguns textos, diversos autores/as se referem às práticas tanto de extensão rural como de EP, porém, não as classificam como tal, fato este que ocasiona a não identificação por meio dos mecanismos de busca.

Referências

AKOBENG, A. K. Understanding systematic reviews and meta-analysis. **Archives Disease in Childhood**, London, v. 90, n. 8, p. 845-848, 2005. DOI 10.1136/adc.2004.058230. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1720526/>. Acesso em: 15 set. 2022.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA; FAEPE, 1997.

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-24, 1990.

AMARAL JUNIOR, J. C. Concepções pedagógicas e modelos históricos de extensão rural: uma análise da ATER paranaense. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 224, p. 187-198, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52847>. Acesso em: 15 set. 2022.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos v. 318).

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (org.). **Agroecologia e extensão rural sustentável: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: IFRS, 2004.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER pública. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 10, p. 1-20, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5546>. Acesso em: 15 set. 2022.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 517 f. Tese (Doutorado em Agronomía) – Universidad de Córdoba, España, 1998.

CARRILLO, A. T. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-32.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Viçosa: UFV, 2014.

CONTI, S.; VILLALBA, A. E.; LANDINI, F. P. Linkages between agricultural research and rural extension: key factors and approach proposals from a systematic literature review. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 1, 2023. DOI 10.1590/1806-9479.2022.265087. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/vx7BDNPcTkR6Kj3L3QvDxQh/?lang=es>. Acesso em: 15 set. 2022.

DAMBRÓS, O. O papel da extensão rural e a revolução verde: “uma política de Estado a serviço do capital”. In: DAMBRÓS, O.; ARL, V. **Da extensão rural à construção social do conhecimento**: um desafio para o desenvolvimento local sustentável. Laranjeiras do Sul: UFFS, 2015.

FARIA, A. A. C. **A educação que constrói a agroecologia no Brasil**: trajetórias de um vínculo histórico. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9900?locale=pt_BR. Acesso em: 15 set. 2022.

FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 4, 1984.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARINHO, C. M.; WIZNIEWSKY, J. G.; PICOLOTTO, E. L. A “pedagogia da indaga” e a construção de conhecimentos na extensão rural: fundamentos teórico-metodológicos na atuação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 97-119, 2022. DOI 10.14393/REP-2022-63880. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/63880>. Acesso em: 15 set. 2022.

MARINHO, C. M. **Agroecologia, convivência com o semiárido e extensão rural**: um olhar sobre a experiência do IRPAA no território Sertão do São Francisco/BA. 2021. 356 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23165>. Acesso em: 15 set. 2022.

MARQUES, Z. V.; SOUSA, R. P.; ROSAL, L. F. Educação popular e agroecologia: contribuições para a construção da política de assistência técnica e extensão rural equitativa no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 1, 2022. DOI 10.5902/2318179662653. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/62653>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOREIRA, G. D. L. B.; FÁVERO, C. Materiais educativos para a comunicação com a agricultura camponesa na perspectiva da agroecologia. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p. 75-90, 2011. DOI 10.36311/2236-5192.2011.v12n2.2488. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/2488>. Acesso em: 15 set. 2022.

MUSSOI, E. M. Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar. **Revista Centro Ciências Rurais**, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. 37-50, 1985.

PALUDO, C. Educação popular. In: CALDART, R. *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 280-285.

PEREIRA, J. R. **Diagnóstico participativo**: o método DRPE. Tubarão: Perito, 2017.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro: ASPTA, 2004.

PINTO, J. B. **Extensión o educación**: una disyuntiva crítica. Lima: IICA, 1973.

SCHÖNARDIE, P. A. Extensão ou educação? da extensão rural à educação dialógica do campo. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 81-106, 2019. DOI 10.14393/rep-v18n22019-47086. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/47086>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, F. L.; COSTA, M. A. T. S.; CAPORAL, F. R. Educação popular e direitos humanos: um diálogo com a realidade dos sujeitos sociais do assentamento Chico Mendes III, Zona da Mata pernambucana. **Hum@nae**, Santo Amaro, 2015. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/510>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, M. G. Educação popular e experiências educativas em agroecologia. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 265-285, 2022. DOI 10.14393/REP-2022-63075. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/63075>. Acesso em: 15 set. 2022.

TORRES-REGO, T. Extensão rural: perspectivas de Paulo Freire. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 85-99, 2022. DOI 10.17058/rea.v30i1.16041. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/16041>. Acesso em: 15 set. 2022.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003. DOI 10.1111/1467-8551.00375. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8551.00375>. Acesso em: 15 set. 2022.

Submetido em 15 de maio de 2023.

Aprovado em 14 de agosto de 2023.